

*As luzes da cidade**

*Eron José Maranhão e Rossana Ribeiro Ciminelli***

A partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o texto analisa a evolução do processo migratório em direção a esta região, traçando alguns condicionantes que explicam o processo de saída dos migrantes das cidades de origem, as regiões de onde vêm, quantos são e qual é a sua composição (sexo, idade e escolaridade). Com base nessas informações, busca-se conhecer o impacto dessa migração sobre o mercado de trabalho da região e discutir até que ponto os fatores de atração de migrantes para as cidades, “as luzes da cidade”, são os únicos responsáveis pelo afluxo maciço de população para os grandes centros urbanos.

O resplendor das “luzes da cidade” tem sido sistematicamente posto como o grande alimentador do intenso processo de migração a que se assiste em inúmeros centros urbanos (a exemplo da Região Metropolitana de Curitiba – RMC), como se migrar fosse uma decisão associada exclusivamente ao efeito; muitas vezes passageiro, de algo acontecido fora da região de origem. Segundo esta concepção, para ocorrer a migração bastaria que, em algum lugar,

** Agradecemos à economista Lenita Maria Marques pelas críticas e sugestões a este texto e à equipe de Estatística da PED/RMC.*

*** Economistas, mestres em Economia pelo CEDEPLAR/MG; técnico do IPARDES e técnica do DIEESE, respectivamente.*

se instalasse uma nova indústria, uma escola, um hospital e assim por diante. Ou seja, parte-se do pressuposto de que para haver processo de migração se deve contar basicamente com o que se chama, na teoria, fatores de atração. A migração, conforme este ponto de vista, seria muito mais o resultado de uma decisão individual, completamente desvinculada de fatores macroeconômicos e sociais. Pensando desta forma, o ato de migrar teria como determinante mais a região de destino que a de origem.

Desde o século passado já se colocava a procura por trabalho como fator preponderante na decisão de migrar. Ao estudar o caso da Grã-Bretanha durante a Revolução Industrial, RAVENSTEIN já evidenciava que “os nossos grandes centros urbanos e industriais representam os objetivos para os quais os migrantes dos nossos distritos rurais mais freqüentemente orientam seus passos”,¹ visando em especial a obtenção de um posto de trabalho.

Da mesma forma, nos países latino-americanos em processo de industrialização, há um deslocamento intenso de pessoas do meio rural e das pequenas cidades para os grandes centros urbanos em busca de trabalho. No entanto, esse processo não se deve, unicamente, à existência de fatores de atração nos grandes centros urbanos, mas também à combinação de fatores de expulsão e de atração. O processo de migração constituiria, assim, a redistribuição espacial da população, acompanhando a distribuição da atividade econômica.

Neste sentido, presenciou-se, no Paraná, um intenso processo de industrialização do campo, substituindo-se culturas permanentes por temporárias e transformando-se completamente as relações sociais de produção, com a substituição do colonato pelo assalariamento temporário.

Segundo Paul SINGER, entre os fatores de expulsão, atuando na origem dos fluxos migratórios, pode-se apontar os fatores de mudança e de estagnação. Os fatores de mudança são o resultado “da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não-proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego”.² Esses fatores ocorreram fortemente na década de 70 no Paraná, principalmente no norte do Estado, com a substituição da cultura do café pelo binômio soja x trigo e pela pecuária. Além disso, houve uma quase completa extinção de colonos e parceiros e um uso mais sistemático do trabalho assalariado temporário.

Mais recentemente, áreas menos adequadas à mecanização e que ainda se constituem em *locus* de pequenos agricultores já estão passando por esse processo, dando origem ao mesmo tipo de fluxo

¹ RAVENSTEIN, E. G. *As leis da migração*. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. 2v. v.1, p.19-88.

² SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense: CEBRAP, 1973.

migratório. Esse movimento criou, inclusive nas pequenas cidades situadas ao redor das áreas agrícolas mais modernizadas, bairros inteiros ocupados por trabalhadores volantes (bóias-frias), com nível de carência social elevado e geralmente alijados dos benefícios da seguridade social.

Os fatores de estagnação são o resultado “de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários”.³ No Paraná, com o esgotamento da fronteira agrícola em várias de suas regiões, assiste-se também a um processo crescente de expulsão da população rural e do meio urbano de pequenas cidades.

Esses fluxos migratórios, causados por diferentes fatores, mostraram dois caminhos preponderantes: um grupo dirigiu-se para fora do Estado em áreas de expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e Norte do País, e outro para os centros urbanos do próprio Estado, intensificando sobremaneira o processo de urbanização nos últimos 30 anos.

Dados os condicionantes dos fluxos migratórios sob a ótica da sua origem, cabe levantar quais os determinantes que estariam influenciando o destino desses contingentes populacionais. Para isso, parte-se do princípio de que o principal determinante consiste na demanda por força de trabalho, não somente no que se refere aos postos de trabalho assalariados e às relações de trabalho mais formalizadas, mas também a todo tipo de oferta de trabalho definida pelo espaço econômico urbano.

Neste artigo, considerando o fato de os fluxos migratórios serem um processo definido a partir da combinação desses dois movimentos, será traçado um perfil dos migrantes que compõem o fluxo de destino *vis-à-vis* os naturais, residentes na Região Metropolitana de Curitiba. Acrescente-se que a sua composição não será definida aqui apenas pelo tipo de demanda de mão-de-obra na região de destino, mas também, e principalmente, pelo perfil da oferta de mão-de-obra na região de origem.

Quantos são os migrantes na RMC

Os dados utilizados neste texto foram obtidos por meio da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e consideraram os migrantes residentes, no momento da pesquisa, na RMC. Com isso,

³SINGER.

as pessoas pesquisadas pela PED que migraram entre 1980 e 1989 para a RMC foram classificadas como migrantes antigos, e as que se instalaram nesta região entre 1990 e 1996, migrantes recentes.

Dessa forma, pode-se dizer que houve intensificação do processo migratório direcionado à RMC na década de 90. Para uma população total de 2.110 mil pessoas, 635 mil (30%) são migrantes, sendo que 301 mil (47,4%) realizaram seu movimento migratório na década de 80 e 334 mil (52,6%) na década de 90.

Para um aumento de 11% na migração para a RMC em seu conjunto entre os dois períodos analisados, a desagregação geográfica mostra diferenciais entre Curitiba e os demais municípios. Houve maior intensificação dos fluxos de migrantes para o município de Curitiba, onde foi observado aumento de 13,2% da população migrante, enquanto nos demais municípios foi praticamente a metade, 6,7%. Dos migrantes, 66,1% dirigiram-se para o município de Curitiba, correspondendo ao mesmo peso da população urbana total de Curitiba na RMC. Tal fato evidencia que o processo migratório não impôs nova configuração na distribuição espacial da população urbana do município (tabela 1).

TABELA 1 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL E DE MIGRANTES, POR SEXO, NA RMC, NO MUNICÍPIO DE CURITIBA E DEMAIS MUNICÍPIOS - 1996

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO (1 000 PESSOAS)								
	RMC			Curitiba			Demais Municípios		
	TOTAL	Masc.	Fem.	TOTAL	Masc.	Fem.	TOTAL	Masc.	Fem.
População Urbana Total	2 110	1 026	1 084	1 402	671	731	708	353	355
Migrantes	635	309	326	420	201	219	215	107	108
Migrantes década de 80	301	145	156	197	93	104	104	51	53
Migrantes década de 90	334	164	170	223	108	115	111	56	55

FONTES: IPARDES/PED, SERT/SINE-PR, DIEESE, SEADE-SP

Quem são os migrantes

Entre os migrantes que se dirigiram para a RMC predominam os migrantes recentes, como foi colocado anteriormente. Na comparação entre migrantes antigos e recentes, há pequena vantagem para o município de Curitiba na absorção dos migrantes recentes: 65,4% na década de 80 e 66,8% na década de 90.

Há também maior proporção, embora pequena, do município de Curitiba na absorção de mulheres migrantes em relação aos homens, tanto nos deslocamentos recentes quanto nos antigos, predominando os realizados na década de 90. Enquanto 67,2% das mulheres migrantes residem em Curitiba, entre os homens este percentual é de 65,1%.

De modo geral, quando se observam os migrantes, recentes e antigos, segundo sua composição por sexo, o município de Curitiba apresenta pequena vantagem na absorção dos novos moradores.

A composição etária da população da RMC mostra-se bastante diferenciada segundo o *status* entre o natural e o migrante recente e antigo. Basicamente, o migrante antigo tem uma composição etária mais próxima da média da região, enquanto o migrante recente mostra maior participação de pessoas nas faixas etárias de entrada no mercado de trabalho. Considerando a busca por trabalho um dos principais motivadores do processo migratório, entende-se a elevada participação deste grupo como resultado da composição etária dos grupos que compõem a População Economicamente Ativa (PEA). Enquanto na RMC as pessoas com idade entre 18 e 24 anos participam com 13,6% da PEA da região, entre os migrantes recentes a proporção é de 21,6%. Já a população no grupo etário de 40 anos e mais, em que se observa presença mais marcante de inativos, apresenta-se mais elevada entre os migrantes antigos e na média da RMC. A distribuição etária do município de Curitiba e demais municípios da RMC apresenta bastante similaridade, com exceção desses dois grupos extremos.

De onde vêm

A maior parcela dos migrantes teve como região de origem o próprio Estado. No entanto, houve alterações ao longo dos dois períodos analisados, provavelmente relacionadas às mudanças nos condicionantes dos movimentos. Os migrantes antigos tiveram como região de origem o próprio Estado em 65,5% dos casos, reduzindo-se esse percentual para 60,8% entre os migrantes da década de 90. Ao mesmo tempo houve aumento da migração oriunda das demais regiões do Brasil, em especial do Sudeste. Esse movimento foi observado tanto no município de Curitiba como nos demais municípios. Destaca-se, ainda, a presença mais pronunciada, em termos percentuais, de migrantes do próprio Estado nos demais municípios da RMC.

O contingente de migrantes originários do próprio Estado apresentou seu auge no decorrer das décadas de 70 e 80, quando ainda predominavam os fatores de mudança entre os determinantes da saída de população das áreas rurais e de pequenas cidades para os núcleos urbanos mais desenvolvidos. A década de 90 assistiu ao aumento dos fatores de estagnação dentro do próprio Estado, assim

como às alterações na estrutura produtiva, que podem ter gerado intensificação dos movimentos migratórios entre regiões do País. Principalmente as regiões mais industrializadas, receptoras por excelência, passaram a responder por fluxos de emigração de trabalhadores em busca de novas possibilidades ocupacionais.

Além disso, a saída de população na década de 70, principalmente em direção a outras áreas rurais do País em processo de expansão da fronteira agrícola, pode estar nesta década tendo como resultado a reemigração ou a migração de retorno, que se exemplifica pela volta da população para as áreas urbanas, já que as áreas rurais foram completamente transformadas, sem condições de receber novamente este contingente.

O mercado de trabalho para o migrante

Considerando o fato de o migrante buscar no seu processo de mudança fundamentalmente a obtenção de um posto de trabalho ou de uma melhor posição ocupacional, cabe indagar até que ponto o mercado de trabalho exerce em relação a ele algum tipo de discriminação.

De uma população economicamente ativa de 1.018 mil pessoas em 1996, os migrantes respondiam por 37,4%. Isto significa que apresentavam maior participação (30%) em relação à população total. No entanto, a taxa de atividade⁴ dos migrantes é inferior à do total da região, o que pode ser associado ao peso mais acentuado de mulheres entre os migrantes, grupo que apresenta menor taxa de atividade.

A taxa de ocupação⁵ é de 87% para a RMC, sendo de 86,6% para os migrantes. Esta proximidade das taxas de ocupação para o conjunto dos migrantes mostra pequenas diferenças quando estes são divididos em recentes e antigos. A taxa de ocupação dos migrantes recentes (85,2%) é inferior à dos antigos (87,9%). A princípio, existe maior dificuldade de inserção de migrantes recentes no mercado de trabalho, ficando os migrantes antigos com uma inserção próxima à dos naturais. Ou seja, os migrantes que permaneceram na região apresentam as mesmas condições de inserção no mercado de trabalho que as dos não-migrantes.

Da mesma forma, a taxa de desemprego⁶ se apresentou mais elevada para os migrantes recentes (14,8%) que para os migrantes antigos (12,2%). Pode-se argumentar a ocorrência de maiores dificuldades dos migrantes recentes em obter uma qualificação, ou que estaria havendo seleção por parte do mercado de trabalho, de forma que os menos qualificados estariam sendo expulsos do mercado, obrigados a se dirigirem para outras regiões.

⁴Taxa de Atividade é a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) em relação à População em Idade Ativa (PIA).

⁵Taxa de Ocupação é a proporção do número das Pessoas Ocupadas (PO) em relação à População Economicamente Ativa (PEA).

⁶Taxa de Desemprego é a proporção do total de desempregados em relação à População Economicamente Ativa (PEA).

Os migrantes que se dirigiram para o município de Curitiba, assim como os naturais que ali residem, apresentam melhores condições de inserção no mercado de trabalho, com os mesmos diferenciais delineados anteriormente para migrantes recentes e antigos. Enquanto entre os migrantes recentes de Curitiba a taxa de desemprego em 1996 foi de 13,3%, entre os migrantes antigos foi de 10,7%. Para os demais municípios da RMC, a taxa de desemprego dos migrantes recentes foi de 17,6% e dos antigos de 14,7%; como visto, ocorrem as mesmas diferenças, porém em patamar mais elevado. A região ao redor do município de Curitiba, em muitos casos constituída de cidades-dormitório, tem concentrado grande parte dos migrantes com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Tal fato, associado à diferença de preço da moradia, pode ser o motivo de direcionamento dos fluxos migratórios, reproduzindo os diferenciais de distribuição de renda, como ocorre com os naturais.

A composição ocupacional, por sua vez, aponta que a distribuição dos migrantes antigos é mais próxima à dos naturais, e a dos trabalhadores recentes possui algumas peculiaridades. Por exemplo, no setor serviços, grande absorvedor de mão-de-obra, predomina a inserção de naturais, com 50,6%, seguida de migrantes antigos, com 46,5%, e, mais distantemente, de migrantes recentes, 41,4%. Já os setores de construção civil e emprego doméstico se apresentam como *locus* de absorção de migrantes, recentes e antigos, pela economia metropolitana. A inserção nos serviços, principalmente como autônomo, exige conhecimento do comportamento do mercado de trabalho, não acessível à grande parte dos migrantes, em especial os recentes, criando barreiras à sua entrada neste setor. Como estudos anteriores apontavam, o migrante apresenta maior participação no emprego doméstico e na construção civil basicamente pela exigência de pouca qualificação e em alguns casos pela possibilidade de poder residir no próprio local de trabalho (tabela 2).⁷

A distribuição ocupacional de Curitiba e demais municípios apresenta as mesmas características, com diferenças de níveis. O setor serviços mostra participação relativamente elevada no município de Curitiba, enquanto a construção civil e o emprego doméstico concentram-se nos demais municípios. Isto pode indicar, mais uma vez, que os migrantes que se dirigem para os demais municípios apresentam menor qualificação, retratando a própria distribuição da população natural da região.

As informações da população economicamente ativa segundo o grau de escolaridade retrata a mesma distribuição geográfica de migrantes e naturais, apontando que a sua localização

⁷ MARTINE, George. *Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes*. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). *Migração interna : textos selecionados*. Fortaleza : BNB/ETENE, 1980. 2v. v.1, p.949-974.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE OCUPADOS MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES NA RMC, NO MUNICÍPIO DE CURITIBA E DEMAIS MUNICÍPIOS, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 1996

SETORES	DISTRIBUIÇÃO (%)														
	RMC					Curitiba					Demais Municípios				
	TOTAL	Não-Migrantes	Migrante			TOTAL	Não-Migrantes	Migrante			TOTAL	Não-Migrantes	Migrante		
			TOTAL	Anos 80	Anos 90			TOTAL	Anos 80	Anos 90			TOTAL	Anos 80	Anos 90
Indústria	16,9	16,7	17,2	17,2	17,2	15,8	15,9	15,6	15,4	15,9	18,9	18,3	20,0	20,2	19,8
Comércio	16,5	16,3	16,8	16,5	17,1	17,2	16,9	17,7	17,4	18,0	15,2	15,2	15,1	14,9	15,4
Serviços	48,2	50,6	44,1	46,5	41,4	52,5	54,7	48,8	51,9	45,5	40,1	42,9	35,4	37,0	33,4
Construção Civil	8,7	7,8	10,0	9,1	11,1	6,6	6,1	7,4	6,6	8,3	12,5	11,1	14,8	13,5	16,5
Serviços Domésticos	8,3	6,9	10,6	9,4	12,0	6,9	5,4	9,4	7,5	11,5	11,0	9,9	12,8	12,7	13,0
TOTAL ⁽¹⁾	98,6	98,3	98,7	98,7	98,8	99,0	99,0	98,9	98,8	99,2	97,7	97,4	98,1	98,3	98,1

FONTES: IPARDES/PED, SERT/SINE-PR, DIEESE, SEADE-SP

(1) Devido à não-inclusão dos itens "outros setores" e "não declarado", a soma dos valores relativos não totaliza 100%.

segue as regras da distribuição de renda. Entre a PEA da RMC predominam pessoas com pouca qualificação formal: 56,8% têm no máximo o primeiro grau completo, 16,4% possuem o segundo grau, completo ou incompleto, e apenas 8,4% tiveram acesso ao terceiro grau, completo ou incompleto. Em uma comparação entre migrantes e não-migrantes, aponta-se a mesma configuração: predomínio de trabalhadores com pouca qualificação, sendo maior a proporção destes nos demais municípios da RMC.

No que se refere ainda à escolaridade, destacam-se algumas peculiaridades. O município de Curitiba, assim como apontado por outras variáveis, concentra pessoas de maior escolaridade. Da PEA do município, 12,3% possuem o terceiro grau, completo ou incompleto. A participação de pessoas com no máximo o primeiro grau completo se reduz para 51,8% se comparada à população da RMC. Nos demais municípios, a participação de pessoas com no máximo primeiro grau completo atinge 65,3%, e a presença das pessoas com terceiro grau nestes municípios é tão reduzida, que as informações não podem ser divulgadas por falta de representatividade estatística.

Entre os migrantes que residem no município de Curitiba, os de migração recente apresentam menor participação dos trabalhadores com até primeiro grau completo (51,9%) que os antigos (53,6%). Em sentido contrário, os trabalhadores com terceiro grau predominam entre os migrantes antigos, com uma participação de 18%, enquanto os de migração recente somam 14,9%. Constantemente é feita alusão à chegada dos "paulistas" na década de 90, como se compusessem um grupo de pessoas de altíssima qualificação e remuneração, transformando o perfil da migração e da própria cidade. É possível observar que, se isto existe, é tão residual que em nada contribui para mudar o perfil do migrante no município de Curitiba. Mais de 50% dos migrantes ainda são

trabalhadores com baixa qualificação, necessitando receber oportunidades de emprego e qualificação para facilitar a obtenção de um posto de trabalho, igual ao dos naturais.

Os demais municípios da região têm presença ainda mais marcante de trabalhadores sem qualificação (mais de 70% dos migrantes com no máximo o primeiro grau completo), demonstrando ser essa a maior parcela de trabalhadores que necessita de políticas públicas de emprego e qualificação.

Mais uma vez, o desenho da distribuição geográfica da população, tanto de migrantes quanto de naturais, espelha a distribuição geográfica da renda na Região Metropolitana de Curitiba, conformada principalmente pelos diferenciais de preço do solo urbano.

Com relação ao tipo de inserção no mercado de trabalho, a principal diferença observada, no que se refere às relações de trabalho, consiste na maior fragilização para os migrantes recentes ocupados como assalariados. Entre os migrantes da década de 90 que se inserem como assalariados, 19,1% não possuem carteira assinada pelo empregador; entre os naturais o percentual é de 15,1%; e entre os migrantes antigos é de 16,2%.

Na comparação entre o município de Curitiba e os demais, o migrante que se dirige para Curitiba apresenta maior grau de fragilização das relações de trabalho que aqueles que se instalaram nos demais municípios da RMC.

O nível de rendimento aponta, mais uma vez, que ao município de Curitiba dirigem-se os migrantes com melhores condições de entrar no mercado de trabalho. O rendimento mediano, ou seja, aquele que divide o conjunto dos indivíduos em dois grupos de igual tamanho, é superior no município de Curitiba em relação aos demais municípios. A comparação entre os naturais e os migrantes antigos evidencia inclusive que o migrante mais antigo chega a obter rendimento superior ao do natural.

As diferenças de rendimento entre Curitiba e os demais municípios apontam também para a menor renda dos migrantes recentes. Chama atenção o fato de os dois estratos de renda mais elevados, os 25% e os 10% mais ricos, apresentarem um mínimo de renda bastante superior para os moradores do município de Curitiba (tabela 3).

TABELA 3 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOS ASSALARIADOS MIGRANTES E NÃO-MIGRANTES NA RMC NO MÚNICÍPIO DE CURITIBA E DEMAIS MUNICÍPIOS -1996

SETORES	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)											
	RMC				Curitiba				Demais Municípios			
	Não-Migrantes	Migrante			Não-Migrantes	Migrante			Não-Migrantes	Migrante		
		TOTAL	Anos 80	Anos 90		TOTAL	Anos 80	Anos 90		TOTAL	Anos 80	Anos 90
10% Mais pobres ganham até	164	174	172	174	179	182	182	183	153	162	161	166
25% Mais pobres ganham até	244	237	241	233	261	253	257	251	213	221	221	218
50% Ganham até	390	356	380	337	442	409	452	385	320	305	318	300
25% Mais ricos ganham acima de	692	615	671	575	817	799	820	715	509	462	502	441
10% Mais ricos ganham acima de	1 220	1 213	1 232	1 124	1 506	1 627	1 707	1 533	817	707	767	648

FONTES: IPARDES/PED, SERT/SINE-PR, DIEESE, SEADE-SP

(1) Devido à não-inclusão dos itens "outros setores" e "não declarado", a soma dos valores relativos não totaliza 100%.

CONCLUSÃO

As diferenças esboçadas pelos dados da pesquisa pareceriam, a princípio, mostrar que os migrantes tendem a apresentar certa mobilidade ocupacional e social à medida que aumenta o seu tempo de residência na RMC. Seria como se morar nesta região lhe conferisse condições de ascender no mercado de trabalho e socialmente. Sob este ponto de vista, a migração seria um fenômeno desejável e necessariamente estimulado. No entanto, parece difícil um indivíduo com menor grau de qualificação que os não-migrantes obter melhor inserção a partir de um processo de mobilidade ocupacional. Como afirma MARTINE em análise similar realizada com base no Censo Demográfico de 1970, "a melhoria da situação do migrante por tempo de residência estaria refletindo não somente uma possível mobilidade mas, de alguma forma, a evasão do mercado de trabalho pelas classes migrantes menos qualificadas."⁸ Aqueles migrantes com melhores condições de se inserir produtivamente na região ali permaneceram, enquanto aqueles com condições menos vantajosas foram obrigados a dar continuidade a seu processo migratório, buscando mercados em que obtivessem condições mais competitivas.

Além disso, a distribuição desses migrantes no espaço metropolitano acompanha o mesmo perfil de distribuição dos naturais, reproduzindo os problemas advindos da formatação da distribuição de renda. Apesar de também possuir grande parcela de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação e com baixos rendimentos, o município de Curitiba se constitui em *locus* privilegiado de recepção de migrantes mais qualificados e com melhor remuneração. Nos demais municípios, o processo migratório parece contribuir para consolidar o aumento dos problemas sociais ao apresentar maior participação de trabalhadores

⁸ MARTINE.

menos qualificados e com baixa remuneração, inseridos em ocupações tipicamente absorvedoras de mão-de-obra menos qualificada (construção civil e emprego doméstico). Assim, não cabe discutir a aplicação de políticas específicas para a população migrante. A unificação do mercado de trabalho nacional tem se dado de tal forma que não se visualizam grandes diferenças entre as pessoas por serem migrantes ou não, mas sim por possuírem ou não as qualificações exigidas pelo mercado, principalmente diante da nova configuração produtiva que vem se apresentando na fase atual.

A migração altera indubitavelmente o volume de pessoas que residem nos espaços urbanos, pressionando o mercado de trabalho, e aumenta a demanda por bens e serviços na economia metropolitana, contribuindo para o seu crescimento econômico. Sob uma perspectiva de longo prazo, isso não parece gerar alterações fundamentais na estrutura do mercado de trabalho da RMC. Vale dizer, as críticas recorrentes aos efeitos das “luzes da cidade” na atração de migrantes para as áreas metropolitanas podem ser, até certo ponto, infundadas por partirem apenas do princípio do aumento do volume de pessoas na região de destino. Além disso, não se pode também perder de vista que esses migrantes, mais do que atraídos pelas “luzes da cidade”, têm seu processo migratório definido por condicionantes sócio-econômicos da região de origem.